A REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE *CARE* NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO¹

Alessandra Gomes Mendes Tostes², Ângela Barbosa Franco³

Resumo: Neste artigo aborda-se o tema das atividades de *care* numa perspectiva jurídica-sociológica. O objetivo principal da pesquisa foi a análise crítica e comparativa da legislação brasileira em torno da busca por regulamentação da ocupação de cuidador, desde seus primeiros movimentos a partir do projeto de lei 1.385 de 2007. As atividades de *care* compõem as novas ocupações surgidas no contexto de envelhecimento da população, da existência de doenças raras e morbidades e dos novos arranjos familiares com a redefinição dos papéis sociais quanto às atribuições de cuidado com os membros da família. A legislação, como mecanismo de controle social, acompanha as fenomenologias sociais devendo, portanto, ser estudada. Esta é a proposta do presente estudo, em que foram analisadas proposições de ordenamentos no direito do trabalho e a legislação trabalhista sobre o trabalho doméstico.

Palavras-chave: Cuidador, direito do trabalho, novas ocupações, trabalho doméstico

Abstract: *This article addresses the topic of care activities from a legal-sociological perspective. The main objective of the research was the critical and comparative analysis of the Brazilian legislation around the search for regulation of the occupation of caregivers, since its first movements since the law project 1.385 of 2007. Care activities make up the new occupations that arose in the context the aging of the population, the existence of rare diseases and morbidities and the new family arrangements with the redefinition of social*

¹Parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Direito – UNIVIÇOSA.

² Bacharelanda do Curso de Graduação em Direito – UNIVIÇOSA. e-mail: gomesmendes@yahoo.com.br

³ Professora do Curso de Direito – UNIVIÇOSA. e-mail: angelafranco@univicoso.com.br

roles regarding the tasks of caring for family members. Legislation, as a mechanism of social control, accompanies social phenomenologies and should therefore be studied. This is the proposal of the present study, in which proposals for the organization of labor law and labor legislation on domestic work were analyzed.

Keywords: *Caregiver, domestic work, labor law, new occupations*

INTRODUÇÃO

Os processos de institucionalização e de reconhecimento dos códigos profissionais que envolvem as atividades de *care*, não se restringem somente ao campo do trabalho profissional (*care work*). Envolvem também os mecanismos sociais pelos quais a sociedade busca no Direito uma harmonização entre as práticas vivenciadas e os aparatos de controle social, neste caso, a regulamentação.

Relevantes trabalhos têm sido realizados e publicados sobre as atividades *care* no Brasil. As pesquisadoras Nadya Guimarães, Helena Hirata e Kurimi Sugita (2011) apresentam uma análise pioneira, no artigo “Cuidado e cuidadores: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão”, propondo a compreensão da categoria ‘care’ a partir dos estudos comparativos nos diferentes países. Nesta obra, as autoras destacam a necessidade de se considerar o valor social atribuído ao trabalho doméstico do ponto de vista histórico e a presença do Estado na construção de políticas públicas relativas aos cuidados com os idosos dependentes. A pesquisadora norte-americana Eileen Boris (2014) traz importante contribuição no artigo “Produção e reprodução, casa e trabalho” ao analisar o conteúdo cultural subjacente à motivação das mulheres trabalhadoras que buscam compatibilizar o trabalho doméstico com o trabalho remunerado, e o efeito deste conteúdo significativo na confusão

entre os dois tipos de trabalho, um remunerado e outro não.

Uma vez que é possível identificar pesquisas que tratam das atividades *care* em suas dimensões psicossociais, culturais e sociológicas, neste artigo, a ênfase está na dimensão jurídica. O problema de pesquisa se apresenta na forma: como as atividades *care* são concebidas pelos legisladores e são regulamentadas pelas leis trabalhistas protetivas da relação de trabalho e dos trabalhadores?

Diante destas considerações, a hipótese central desta pesquisa está em que as atividades *care*, por serem associadas aos papéis sociais femininos e ao trabalho doméstico, encontram dificuldades para a regulamentação como profissão na legislação trabalhista brasileira. Para avançarmos na verificação desta hipótese central, foi traçado como objetivo geral reconhecer as atividades *care*, associadas ao cuidado, como trabalho formal, remunerado e regular. Este objetivo orienta a busca por identificar as atividades de *care* como aquelas referidas ao cuidado de outrem, não exclusivamente no espaço doméstico; identificar a percepção destas atividades *care* como trabalho remunerado por parte dos legisladores brasileiros e identificar um processo de valorização das atividades *care* no campo das profissões a partir das exigências de qualificação específica.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica, de vertente jurídico-sociológica, acerca das atividades *care*, sua associação ao trabalho doméstico e a construção das lutas por direitos trabalhistas em torno da regulamentação das ocupações de *care*. A investigação centra-se na análise dos Projetos de Lei 1385/2007 e 11/2016 que dispõem sobre a regulamentação da profissão de cuidador e a Lei Complementar 150/2015 que regulamenta o trabalho doméstico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A propositura do Projeto Lei 1385, em 2007, pelo Deputado Federal Felipe Bornier, iniciou o processo de regulamentação das atividades *care* associadas, neste primeiro movimento, à atividade de cuidadora de crianças com idade até 06 (seis) anos. Após a aprovação da redação final do PL 1385/2007, na Câmara dos Deputados, ele passa à casa revisora, na forma do Projeto de Lei Complementar (PLC) 11/16, com a proposta de regulamentação da profissão de cuidador de idosos, crianças, pessoas com deficiência ou doenças raras. O projeto estabelece que esses profissionais deverão ter o ensino fundamental completo e curso de qualificação na área, além de idade mínima de 18 anos, bons antecedentes criminais e atestados de aptidão física e mental. O texto proíbe que os profissionais administrem medicamentos, que não seja por via oral e sem orientação médica, para evitar um conflito de competências com os profissionais da enfermagem. O projeto ainda prevê que o cuidador seja empregado por pessoa física, para trabalhar por mais de dois dias na semana, atuando no domicílio ou no acompanhamento de atividades da pessoa cuidada, e terá o contrato de trabalho regido pelas mesmas regras dos empregados domésticos. Após tramitar na Câmara dos Deputados e ser aprovado, o PL 11/16 foi encaminhado ao Senado que acatou, em votação, o parecer favorável da senadora-relatora, encaminhando a matéria para sanção presidencial em 18/06/2019. A Presidência da República vetou o Projeto Lei 11/16, contudo, os esforços e mobilizações sociais para a equiparação do trabalhador doméstico aos demais trabalhadores quanto aos direitos e garantias culminaram na sanção da Lei Complementar 150 em 01 de junho de 2015.

Para a mobilização dos profissionais ligados às atividades de *care*, o texto final da EC n.º 72/2013, incorporado à Lei Complementar 150/2015, trouxe importantes contribuições

no que diz respeito à sua aplicação nas relações de trabalho, que ainda não possuem regulamentação. Isto porque, a LC 150/2015 traz em si os elementos fático-jurídicos gerais que configuram a relação empregatícia doméstica – pessoa natural como prestadora de serviços, com pessoalidade, onerosidade e subordinação. No entanto, destaca as peculiaridades desta relação como a finalidade não lucrativa dos serviços, a prestação de serviços à pessoa ou à família, realizados no âmbito residencial da prestação de serviços. Estes são elementos fundamentais na configuração das relações de trabalho dos profissionais de atividades de *care*, na busca de proteção e garantias trabalhistas.

Se, inicialmente, a CLT não se aplicava aos trabalhadores domésticos, a Lei nº. 5.859/1972 editada especialmente à categoria dos empregados do lar, não atendia aos anseios e necessidades da categoria. A Convenção nº. 189 da OIT (2011) foi fundamental no impulso da condição destes empregados no Brasil e a promulgação da Emenda Constitucional nº. 72/2013, materializou a equiparação com as outras categorias de trabalhadores, alterando o art. 7º. da Constituição de 1988.

Esta trajetória demonstra como, para além da figura mais tradicional da empregada doméstica que trabalha na manutenção do lar dos empregadores, há outros trabalhadores que podem ser classificados como domésticos, desde que considerados os requisitos previstos na legislação. Conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há outras espécies de atividades domésticas, como o guarda-costas, a babá, o caseiro, a acompanhante, o motorista, a camareira, a passadeira, a cozinheira, a diarista, a lavadeira, a governanta, o jardineiro, o porteiro, o organizador de guarda-roupas e armários e o mordomo (BRASIL, 2016). É o que demonstra Gustavo Felipe Barbosa Garcia, citado por Calsing (2017), afirmando “que é doméstico não só o empregado que exerce

funções internamente na residência do empregador, como as de limpar, de faxinar, de cozinhar, de cuidar de crianças ou de idosos, mas também, o jardineiro, o vigia da casa, o motorista” (CALISING, 2017, p. 76)

Esta complementaridade de tarefas entre o trabalhador doméstico e as atividades de *care* está intimamente ligada à natureza desses trabalhos e à sua condição. No entanto, é importante ressaltar que nem todo profissional que exerce uma atividade doméstica pode ser considerado empregado doméstico, como previsto na LC 150/2015. Ao passo, que esta regulamentação traz, em si, mecanismos de proteção para os trabalhadores nas atividades de *care*, ela também justifica a construção de um diálogo que respeite as particularidades do trabalho doméstico e das atividades de *care*, para fins de sua regulamentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de *care* vai sendo redefinida socialmente, com a mobilização dos grupos sociais, por reconhecimento profissional, formação e proteção social. A materialização deste movimento é a Lei Complementar 150/2015, ora estendida às atividades de *care*, na ausência de regulamentação específica.

Os debates que fundamentaram as proposições legislativas representam a dinâmica fenomenológica do ordenamento jurídico-social, assim como a necessidade inerente ao processo democrático de debates, revisões, retrocessos e avanços, sejam nos procedimentos constitucionais que estruturam a burocracia do Estado de Direito, sejam nos movimentos sociais que amparam as práticas dos legisladores.

Conclui-se, portanto, a necessidade de estudos constantes destas dinâmicas e a eminência das atividades *care*

como uma das novas formas de relações de trabalho que configurarão o mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORIS, Eileen. **Produção e reprodução, casa e trabalho**. Tradução de Guilherme Gaspar de Freitas Sobrinho. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1. Junho de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/08.pdf> Acesso em 01 mar 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 1.385/2007 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de babá. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=356737> Acesso em 30 de setembro de 2020.

_____. Lei Complementar Nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm Acesso em 14 de maio 2020.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016 (Nº 1.385/2007, na Casa de origem). Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4037414&ts=1571778068586&disposition=inline> Acesso em 13 mar 2020.

CALSING, Renata de Assis; ALVARENGA, Rubia Zanotelli

de. **Trabalho decente doméstico: a nova Lei Complementar 150/2015**. Revista Síntese: trabalhista e previdenciária, v. 28, n. 333, p. 42-74, mar. 2017. Disponível em https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/95436/2016_cal-sing_renata_trabalho_decente.pdf?seque nce=1&isAllowed=y Acesso em 28 de out de 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. **Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão**. Tradução de Philippe Dietman. Revista Sociologia & Antropologia. Volume 01.01:151–180, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752011000100151. Acesso 12 mar 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comissão Nacional de Classificação. Classificação Nacional de Atividades Econômicas. 2016. Disponível em: <http://cnae.ibge.gov.br/?view=classe&tipo=cnae&versao=9&classe=97005>. Acesso em 30 de mai de 2020

OIT. Convenção n^o.189, de 16 de junho de 2011. **Convenção sobre o trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos**. Genebra, 16 jun. 2011a. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/convecao_189.pdf Acesso em 02 de nov de 2020.